

Urbi:

Instrumento de Avaliação e Proposição da Urbanidade

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Michelle Souza Benedet

RESUMO

Este artigo trata de urbanidade em frentes de água e sobre como criar condições favoráveis para a sua ocorrência por meio de intervenções nestas áreas. Para isso, partiu-se da existência da relação entre fatores indutores (causalidade) e a urbanidade propriamente dita (resultado), considerando o primeiro grupo como uma variável independente, e que pode ser considerada em cinco diferentes âmbitos (eficiência urbana, sociocultural, interfacial, sensorial e inteligível). Para este estudo, a investigação considerou o instrumento desenvolvido na tese de doutorado da autora na Universidade de São Paulo. O objetivo é apresentar parte do instrumento, referente ao âmbito sociocultural, para se avaliar, compreender e servir como base propositiva para espaços que tenham como objetivo ativar a urbanidade em frentes de água. Por fim, salienta-se a necessidade de planejamento de espaços em frentes de água em que haja a possibilidade de florescer a urbanidade, e o conhecimento dos fatores que a induzem é um importante contributo nesta tarefa.

PALAVRAS-CHAVES: urbanidade; frentes de água; prática projetual.

ABSTRACT

This article deals with urbanity on waterfronts and how to create favorable conditions for its occurrence through interventions in these areas. To do this, we started from the existence of the relationship between inducing factors (causality) and urbanity itself (result), considering the first group as an independent variable, and which can be considered in five different areas (urban efficiency, sociocultural, interfacial, sensorial and intelligible). For this study, the investigation considered the instrument developed in the author's doctoral thesis at the University of São Paulo. The objective is to present part of the instrument, referring to the sociocultural scope, to evaluate, understand and serve as a propositional basis for spaces that aim to activate urbanity on waterfronts. Finally, the need to plan spaces on waterfronts where there is the possibility of urbanity flourishing is highlighted, and knowledge of the factors that induce it is an important contribution to this task.

KEYWORDS: urbanity; waterfront; design practice.

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras apresentam uma situação muito distante da utilização das frentes de água que julgaria conveniente para a ocorrência da urbanidade, há espaços propícios para a ocorrência da urbanidade e que vêm sendo subutilizados. Mello (2008) afirma que espaços em frentes de água com atributos de urbanidade promovem a valorização destes pelas pessoas, uma condição essencial para sua proteção.

A urbanidade é defendida por Holanda (2002) como aquilo que qualifica a vida urbana, no sentido da interação entre os cidadãos no espaço coletivo da promoção do encontro e do convívio social. Vivenciamos essa necessidade de regressar ao espaço público, retomar o meio urbano e estar em maior contato com a natureza, transformando os espaços públicos em um



meio para se atingir a urbanidade. A urbanidade é entendida como um fenômeno em que há a copresença de pessoas, com intensidade, afabilidade, vitalidade e sentimentos de bem-estar nas relações entre as pessoas e os lugares. Para Castello (2017), a convivência praticada como exercício do cotidiano na cidade é a artéria que conduz a seiva da urbanidade e que faz pulsar a vitalidade dos lugares.

A relevância da pesquisa apresentada está relacionada ao desenvolvimento de um instrumento avaliativo e propositivo desenvolvido pela autora em sua tese de doutorado que estabelece uma visão integrada dos múltiplos fatores envolvidos nas relações entre cidades, corpos d'água e pessoas. Ressaltamos que a discussão aqui proposta não se limita a estabelecer um manual sobre como realizar intervenções em frentes de água, mas sobre a necessidade de se apoiar nos contextos e entender os fatores de causalidade da urbanidade, pretendendo uma aproximação necessária com a particularidade de cada lugar. Reconhecendo esta particularidade frente à generalização, enfatiza-se que a urbanidade em frentes de água é inevitável, e particularmente, o principal indício da ocorrência da proteção destas áreas.

Como objetivo geral, busca-se identificar fatores (causas) que elevem a urbanidade no âmbito sociocultural através do instrumento proposto de avaliação qualitativa e propositiva que permita verificar a existência da urbanidade e as causas que levam à sua ocorrência; e definir os atributos que elevam o nível de urbanidade em frentes de água urbanas.


2 URBI: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO DA URBANIDADE

Para a operacionalização do instrumento, foi escolhido o sistema de metaindicadores e indicadores, pois permite a avaliação dos níveis de desempenho da urbanidade focando em como ocorre e quais os processos para se chegar até o fenômeno pesquisado. A avaliação urbana terá como objetivo analisar e monitorar o desempenho da urbanidade, fornecendo um conhecimento sobre as condições em que ocorre a urbanidade, monitorando os elementos que a induzem (causa) e o resultado (urbanidade).

Os indicadores indutores maximizam a performance dos indicadores de resultado; medem as atividades que regem e conduzem resultados futuros; são causais. Podem ser definidos como um determinismo, por meio do qual se estabelece uma cadeia de fatores que culmina na manifestação da urbanidade.

O instrumento completo apresenta uma realidade multidimensional, expressada nos cinco âmbitos estabelecidos, facilita o procedimento analítico de dissecar as várias características que podem afetar o espaço urbano em frentes de água, e as relações comportamentais dos seus usuários. Essa implicação multidimensional é necessária pela complexidade do fenômeno e as diferentes faces que ele pode apresentar. Os âmbitos estabelecidos são explicitados abaixo:

1. Eficiência Urbana – neste âmbito, são analisadas as condições para a realização de práticas humanas, relativas às exigências práticas da vida cotidiana para o desempenho das atividades, correlacionando expectativas de adequação e eficiência dos espaços às atividades realizadas pelos usuários.
2. Sociocultural - no âmbito sociocultural, são contemplados os indicadores condicionantes da ocorrência de encontros e possibilidades de diversidade social e espacial nas frentes de água.
3. Interfacial – o âmbito interfacial é relativo às interfaces, entendidas como fronteira entre regiões adjacentes, e que constituem o ponto de interação entre a borda de contato com o corpo d'água e a cidade. Os indicadores, neste âmbito, referem-se à



verificação de possíveis danos que sofrem os recursos naturais mais sensíveis, preservando-os em seu funcionamento cíclico, buscando entender a relação homem-natureza e seus impactos positivos e/ou negativos.

4. Sensorial – no âmbito sensorial, são analisadas as características estéticas e o estímulo dos sentidos, por meio dos quais as pessoas percebem e reconhecem as características do meio em que se encontram, além do conforto ambiental (higrotérmico, lumínico e acústico).
5. Inteligível – neste âmbito, são analisadas questões relacionadas à capacidade de identificação e distinção das frentes de água em relação às demais áreas da região em que estão inseridas.

Os indicadores de resultado referem-se à urbanidade propriamente dita, analisada através da interação direta entre indivíduos, seus comportamentos, sentimentos e formas de apropriação e interação nas frentes de água. Os indicadores de urbanidade permitem analisar os encontros, a copresença, o movimento e a permanência de pessoas, agregando aspectos culturais e sociais em um mesmo grupo, realidade e sociedade. As particularidades dos indicadores indutores, anteriormente vistos, funcionam como facilitadores e encorajadores da urbanidade.

Neste artigo será apresentado o instrumento no âmbito sociocultural, seus metaindadores e indicadores, assim como os procedimentos de verificação e critérios de avaliação propostos.

2.1 O instrumento de avaliação da Urbanidade no Âmbito Sociocultural

No âmbito sociocultural, os indicadores referem-se aos aspectos sociais e culturais das comunidades e das realizações humanas que lhes dão significado. A sua análise tem o objetivo de relacionar a realidade construída pelos homens ao intercâmbio das pessoas entre si, ao meio ambiente e a outras sociedades: diferentes formas de organização da comunidade, expressões artísticas e desenvolvimento das religiões e culturas.

O espaço social que garante oportunidades para interação e troca tende a ser socialmente ativo e, pelo contrário, os espaços com poucas oportunidades para interação serão inativos socialmente, refletindo na urbanidade.

Para a análise no âmbito sociocultural, estabelecemos 4 (quatro) metaindadores e 7 (sete) indicadores que são componentes essenciais para a existência da urbanidade, como um dispositivo de socialização particular, próprio ao meio urbano e com efeitos ou consequências diretas nas relações sociais, nos comportamentos ou nas condutas de manifestações culturais: **multifocalidade na frente de água** (centralidade e diversidade de usos e oferta de equipamentos urbanos); **interface público-privada** (fachadas dinâmicas); **espaços livres públicos** (diversidade e adequação dos espaços e respeito às pré-existências de uso); e **equidade** (participação social nas decisões e oportunidades).

2.1.1 Metaindicator sociocultural: Multifocalidade

Frentes de água multifocais oferecem mais e melhores ocasiões de encontro e intercâmbio social, garantindo espaços abertos, de apropriação total ou parcial, permitindo que a urbanidade exista. Definimos a multifocalidade como a condição de centralidade existente nas frentes de água, caracterizada pela diversidade de usos e focos de interação social, geralmente caracterizados pelos equipamentos urbanos. O metaindicator Multifocalidade é composto por 02 (dois) indicadores:

01) Indicador de Multifocalidade 01: Centralidade

A centralidade é uma qualidade atribuída ao espaço urbano que se revela na densidade e na variedade das interações observadas (VAZ, 2003). É uma propriedade que reúne o grau de presença de atividades e acessibilidade no espaço urbano, capturando as atratividades e vantagens de localização. Situações de centralidade podem eleger, durante algum tempo, uma rua, uma esquina ou um determinado bar como sede de encontro. Pesci (1999) destaca que o instinto para a identificação e o encontro são importantes para a urbanidade, mas, sem um lócus de centralidade real, com identidade, com significado coletivo, o cidadão se sente desenraizado, e só usa o bairro onde mora como dormitório.

As centralidades referem-se ao nível de importância de suas funções na cidade, e podem ser atribuídas pelo seu grau de integração e região de influência; e pelo tipo de função exercida.

Com relação ao grau de integração e região de influência, adotamos o conceito de Hillier et al. (1983), que defende que os espaços sintaticamente mais integrados são aqueles que atraem maior presença de pessoas, portanto as centralidades que ocorrem em regiões mais integradas terão uma maior região de influência. As condições de urbanidade serão melhores quanto maior for a integração e a articulação dos espaços em frente de água com seu entorno.

Com relação às funções exercidas, há 4 (quatro) principais: histórica, geralmente, quando é o núcleo original da cidade; econômica, quando se encontram as principais atividades relacionadas, principalmente, ao comércio e à prestação de serviços; política-administrativa, quando a centralidade abriga os principais órgãos públicos do município em que se encontram; e centralidade de bairro, quando há uma reunião de facilidades, tais como pontos comerciais, equipamentos urbanos e local de encontro de pessoas, que atendem ao seu entorno imediato.

Procedimentos para Verificação: (a) Documentação direta - pesquisa de campo através da identificação de centralidades existentes nas áreas de análise por meio da verificação de equipamentos urbanos e institucionais, pontos comerciais, facilidades e reunião de pessoas. Os dados serão registrados no Mapa de Centralidades; e (2) Sintaxe espacial através da análise da integração global que irá complementar as informações obtidas na técnica de documentação direta – levantamento de campo. Esta análise deve ser feita com as medidas de sintaxe espacial, verificando a integração das comunidades em frentes de água em relação ao restante da cidade. Essas medidas podem indicar um potencial em movimento: as cores quentes (vermelho, alaranjado e amarelo) apresentam maior valor de integração, e as cores frias (azul e verde) demonstram menor valor de integração (segregação). Os dados serão apresentados no Mapa Axial de Integração Global.

Critérios de Avaliação: (a) BOM - há centralidade em todas as áreas e a frente de água encontra-se integrada ao restante da cidade; (b) RAZOÁVEL - não há centralidade em todas as áreas ou a frente de água não se encontra integrada ao restante da cidade; e (c) INSUFICIENTE - não há centralidade em todas as áreas e a frente de água não se encontra integrada ao restante da cidade.

02) Indicador de Multifocalidade 02: Diversidade de Usos e Equipamentos Urbanos

O segundo indicador da multifocalidade se refere à concentração espacial de diferentes usos e atividades, também considerados em termos temporais. A diversidade de usos e oferta de equipamentos urbanos se refere ao exame dos graus de interferência sobre as possibilidades de os usuários suprirem as suas necessidades, garantindo vitalidade e atividades no local, elementos fundamentais da urbanidade. As áreas monofuncionais tendem a ser mais limitadas.

Para Gehl (2006), a diversidade de usos implica que várias atividades e categorias de pessoas possam funcionar em conjunto, lado a lado, permitindo que as pessoas envolvidas atuem juntas



e se estimulem inspirando-se umas nas outras; a falta dessa diversidade implica uma separação de funções e grupos que se diferenciam uns dos outros. O levantamento deve incluir o registro das atividades em todos os níveis e pavimentos, além de observações relacionadas à variedade, distribuição, complementaridade e distribuição temporal.

Para a análise da diversidade de usos, nos basearemos no método do Índice de Uso Misto (MXI), desenvolvido em Amsterdam por Hoek (2008), que mede o raio de funções residenciais para não-residenciais por área de análise, argumentando que a proporção entre usos residenciais (morar) e não-residenciais (trabalhar e amenidades) deve ser de 50-50 para criar urbanidade.

O atributo oferta de equipamentos urbanos se refere à localização, quantidade e qualidade de todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, distribuídos nas categorias estabelecidas pela NBR9284 (ABNT, 1986): circulação e transporte (terminais e estações para sistema de transporte coletivo); saúde (ambulatório, posto de saúde e hospital); educação (escola e faculdade); cultura e religião (biblioteca, cemitério e crematório, centro cultural, centro de convenção, cinema, concha acústica, jardim botânico, zoológico, museu, teatro e templo); esporte e lazer (autódromo, pista esportiva, clube, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, marina, piscina pública, parque e praça); segurança pública e proteção (corpo de bombeiros, delegacia, instalações militares, posto policial e posto de salvamento); assistência social (asilo, centro social, centro de triagem, creche, orfanato, presídio e reformatório); infraestrutura (sistemas de comunicação, energia e saneamento); abastecimento (armazém, central de abastecimento, mercado municipal, posto de abastecimento de veículos e supermercado) e; administração pública (sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário).


Procedimentos de verificação: (a) Documentação direta – pesquisa de campo através do levantamento dos usos do solo e dos equipamentos urbanos. As informações de diversidade de usos serão registradas no Mapa de Uso do Solo e Gráfico de Proporcionalidade de Usos, conforme as seguintes categorias: morar (residência unifamiliar e multifamiliar e hotel), trabalhar (indústrias, comércio, serviços e escolas) e amenidades (igreja, biblioteca, museu, restaurante, teatro, museu, equipamentos esportivos, praças e parques). As informações de equipamentos urbanos serão registradas no Mapa de Equipamentos Urbanos.

Critérios de avaliação: (a) BOM - apresenta bom desempenho nos 2 (dois) atributos (diversidade de usos e oferta de equipamentos urbanos); (b) RAZOÁVEL - apresenta bom desempenho em apenas 1 (um) dos atributos; e (c) INSUFICIENTE - não apresenta bom desempenho em nenhum dos atributos.

2.1.2 Metaindicador sociocultural: Interface Público e Privada

Entendemos o espaço privado como a propriedade particular, e o espaço público, aberto ou fechado, pela possibilidade de desenvolvimento de atividade social aberta a qualquer pessoa. A relação entre o espaço da vida pública e o espaço da vida privada associa-se, desta forma, ao desenvolvimento de novas sociabilidades. Herzberger (2006) define os conceitos de público e privado como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à relação entre a propriedade privada e à supervisão de unidades espaciais específicas.

A interface entre espaços públicos e privados depende da facilidade de movimento e apropriação dos espaços públicos pelos usuários, impactando sobre a dinâmica das cidades. Essa relação também pode ser abordada pela teoria da territorialidade, na relação entre a forma espacial e o comportamento social, baseada na premissa de que o espaço pode estimular tipos particulares de comportamento que serão verificados nos indicadores de resultado.



Neste metaindicator, deve ser analisada a natureza dos espaços que determinam os relacionamentos entre as pessoas, sendo, portanto, a conformação urbana de um dos fatores que caracteriza a forma e o tipo de uso que o espaço adquire e a permeabilidade dos edifícios em relação ao espaço público, visualmente e fisicamente. O metaindicator Interface Público e Privada é composto por 01 (um) indicador:

1) Indicador de Interface Público e Privada 01: Fachadas Dinâmicas

Conceituamos fachadas dinâmicas como sendo aquelas permeáveis e com interfaces diretas entre o público e o privado compostas por aberturas voltadas para os espaços públicos em frentes de água; com sacadas e varandas onde se pode observar o que acontece na rua; e bordas que convidam à permanência. Esse indicador foi proposto baseado no conceito das fachadas ativas de Gehl (2006) e em padrões apontados por Alexander et al (2013).

Para que uma fachada seja considerada dinâmica, dependerá da diversidade de elementos arquitetônicos configurada por tipologias arquitetônicas com poucos pavimentos, continuidade da forma construída, fachadas sem muros ou com muros baixos, existências de varandas, sacadas, portas e janelas abertas para a rua e bordas nas edificações. Alexander et al (2013) atribuem às varandas a contribuição na inter-relação entre as edificações e o contexto público, e às bordas, a possibilidade de criarem lugares que convidam à permanência das pessoas – profundidade, cobertura, assentos voltados para a vista externa. Estes elementos devem considerar a escala humana em função da percepção e atração pelo detalhe.

A continuidade da forma construída, tanto em termos horizontais quanto verticais, também é um elemento importante que deve ser analisado, entendendo essas superfícies como estímulo à apropriação das pessoas nos espaços públicos e à ocupação dos terrenos por comércio e serviços.


Diversos elementos arquitetônicos foram definidos para se configurar uma fachada dinâmica na frente de água, e deverão ser analisados em trechos de aproximadamente 100m lineares, voltados para a frente de água, são eles:

- 15 – 20 aberturas, no nível térreo, voltadas para a frente de água;
- Nenhuma unidade cega;
- Gabarito limitado a 2 (dois) pavimentos;
- Inexistência de muros ou muros baixos;
- Cinco ou mais fachadas com detalhes diversificados – relevos, elementos arquitetônicos (sacadas e varandas) e materiais; e
- Cinco ou mais bordas de edificação que funcionem para a permanência das pessoas – profundidade, cobertura, assentos.

Após a definição dos elementos, classificamos as fachadas da seguinte forma:

- Fachadas dinâmicas, se existirem de cinco a seis elementos;
- Fachadas monótonas, se existirem de três a quatro elementos; e
- Fachadas inertes, se existirem menos de três elementos.

Procedimentos para verificação: (a) Documentação direta – pesquisa de campo através do levantamento do indicador de fachadas dinâmicas inclui a análise dos elementos das fachadas, suas aberturas e transições entre o público e o privado. O resultado será registrado através de fotografias dos trechos selecionados.



Critérios de Avaliação: (a) BOM - predomínio de fachadas dinâmicas na frente de água; (b) RAZOÁVEL - predomínio de fachadas monótonas na frente de água; e (c) INSUFICIENTE - predomínio de fachadas inertes na frente de água.

2.1.3 Metaindicador sociocultural: Espaços Livres Públicos

Consideramos espaços livres públicos aqueles cuja qualidade urbana é essencial à constituição da urbanidade, provavelmente onde habita o *genius loci*, pela capacidade que têm de oferecer possibilidades para as interações urbanas e estimular o processo de ativação de inúmeras outras atividades. As ações nestes espaços se classificam como acontecimentos de uma presença conjunta, na qual podemos encontrar as mais significativas manifestações da vida urbana, a síntese dos acontecimentos e as características que marcaram uma determinada época.

Nas frentes de água, podemos encontrar os 4 (quatro) tipos de espaços livres e, especificamente nestas áreas, Alexander et al (2013) colocam que sempre deve ser preservado um cinturão de solo de uso público imediatamente contíguo aos corpos d'água, e os assentamentos urbanos densos devem chegar até esse cinturão somente em intervalos ocasionais. A frente de água com urbanidade dependerá da disponibilidade desses espaços e da importância dos respectivos lugares para os usuários, tanto moradores do entorno como do restante da cidade. O metaindicador Espaços Livres é composto por 02 (dois) indicadores:

1) Indicador de Espaços Livres Públicos 01: Diversidade e Adequação dos Espaços

Para que um espaço livre público deixe aflorar a urbanidade, é necessário ter uma abundância de coisas distintas para ocorrer – oficiais e espontâneas. Para Gehl (2006), a condição para se evitar o declínio dos espaços públicos de uso coletivo é fomentar a diversidade de funções nestes espaços, distribuída de forma integrada e não segregada.

No atributo diversidade de funções exercidas, deve haver uma variedade, quantidade e qualidade de espaços para a realização de diferentes atividades que contemplem todas as etapas do ciclo de vida (infância, adolescência, fase adulta e velhice) de maneira equilibrada. Dentre as atividades, a principal delas é o lazer, que, no mundo ocidental, é o propulsor de complexas transformações urbanas, modificando as áreas em frentes de água, desenvolvendo novas atividades, incluindo a realização de festas e confraternizações de diferentes usuários. As atividades na água também devem ser consideradas como possibilidade de contato com o meio natural, destacando-se banhos, pesca, turismo de aventura, esportes náuticos, entre outras.

O parâmetro para avaliação da diversidade de espaços e funções reúne propriedades que denotam multiplicidade, variedade, diferença e pluralidade nas funções propostas nos espaços livres em frentes de água, condicionando o convívio de diferentes pessoas e a identidade do lugar. Para as funções que um espaço livre público pode assumir, adotamos a classificação de Leitão (2002), e definimos que um bom desempenho deve contemplar ao menos 4 (quatro) delas:

- Estar: espaços que a população usa para jogar dominó, para conversar com amigos e passar o tempo;
- Descanso: espaços onde as pessoas param para descansar entre um e outro expediente e para proteger-se das variações climáticas;
- Lazer: locais para os quais a população se desloca para se divertir e desfrutar o tempo livre;
- Esporte: locais destinados à prática de esportes;

- Contemplação: espaços para desfrutar a paisagem;
- Festa: onde acontecem celebrações populares, tanto de caráter religioso quanto profano;
- Estética: espaços que, graças à qualidade estética do projeto, permitem a diversificação da paisagem construída e o embelezamento da cidade;
- Educativa: espaços que oferecem ambientes para o desenvolvimento de atividades extraclases e de programa de educação.

O atributo composição da forma e adequação dos equipamentos e mobiliários se refere à linguagem adotada no projeto paisagístico e à quantidade, diversidade, funcionalidade e distribuição dos equipamentos e mobiliários, garantindo a diversidade de atividades. A linguagem do projeto será avaliada a partir da adequação dos elementos de paisagismo nos espaços livres na frente de água: estética; relação com o entorno; e organização, diversidade, tipologia e quantidade.

Os equipamentos e mobiliários devem ser significativos, permitindo que as pessoas façam conexões com as frentes de água; democráticos, assegurando o uso por grupos diferentes; e seguros, servindo às necessidades dos usuários. Os mobiliários e equipamentos podem exercer a função de: estar e lazer (bancos, mesa de jogos, parquinho infantil, pista de skate, quadra de esportes, café/lanchonete, espaço para apresentações, entre outros) e; de apoio (lixeira, bebedouro, telefone público, bicicletário/paraciclo, abrigo de transporte coletivo, quiosque, banheiro, informações, entre outros). Como parâmetro para avaliação, adotamos o grau de atratividade e a quantos propósitos atendem os equipamentos e mobiliários dos espaços livres em frentes de água.

Procedimentos para verificação: (a) Documentação indireta – pesquisa documental através de informações referentes às atividades de lazer e eventos festivos existentes. Esta coleta de dados será complementada com as entrevistas aos moradores; (b) Documentação direta – pesquisa de campo através de levantamento dos espaços livres existentes, verificando as funções desempenhadas nas frentes de água e a adequação da forma, dos equipamentos e dos mobiliários. O resultado será registrado no Mapa de Espaços Livres e croqui esquemático da implantação de cada espaço livre, complementado com fotografias dos mobiliários e equipamentos existentes; e (c) Entrevista com de descobrir questões relacionadas aos espaços livres públicos e atividades de lazer realizadas na frente de água: se há necessidade de ter mais espaços públicos; quais atividades de lazer realizam, e pontos de maior interesse. O resultado pode ser registrado de forma descritiva e/ou com gráficos.

Critérios de Avaliação: (a) BOM - apresenta bom desempenho nos 2 (dois) atributos (diversidade de funções exercidas e composição da forma e adequação dos equipamentos e mobiliários); (b) RAZOÁVEL - apresenta bom desempenho em apenas 1 (um) dos atributos; e (c) INSUFICIENTE - não apresenta bom desempenho em nenhum dos atributos.

2) Indicador de Espaços Livres Públicos 02: Respeito às pré-existências de uso

O espaço livre público, como destino daqueles que dele vão se apropriar, deve marcar um contexto, muitas vezes previamente estabelecido, histórico, social, político e econômico, surgindo uma forma carregada de significados e aspirações. Geralmente, as frentes de água desenvolvem um significado ao longo dos tempos, e a isso deve ser dada atenção no momento da intervenção.



A arte de criar lugares que favoreçam a pré-existência humana se opõe à ideia de projetar apenas espaços funcionais, permitindo, conforme Certeau (1994), discutir as representações que as práticas humanas imprimem ao espaço, sob múltiplas interpretações.

No sentido de pensarmos a continuidade das pré-existências dos espaços em frentes de água na contemporaneidade, os valores culturais predominantes devem ser resgatados, influenciando a urbanidade por meio da força simbólica das tradições populares. Captar a atmosfera de um lugar, por meio da consideração das pré-existências de apropriação existentes nele, é de caráter essencial para a urbanidade, reforçando as diversas significações e funções sociais que podem desempenhar.

Procedimentos para verificação: (a) Documentação indireta – pesquisa documental através da análise dos projetos de intervenções executados (ou não) na frente de água. Esta coleta de dados será complementada com entrevistas aos autores do projeto; e (b) Entrevista com os moradores que devem ser questionados sobre as atividades que realizavam, ao longo do tempo, na frente de água; e os autores do projeto, questionados se consideraram pré-existências na elaboração do projeto. O resultado pode ser registrado de forma descritiva e/ou com gráficos.

Critérios de avaliação: (a) BOM - foram consideradas as pré-existências de uso na intervenção em frente de água; (b) RAZOÁVEL - foram parcialmente consideradas as pré-existências de uso na intervenção em frente de água; e (c) INSUFICIENTE - não foram consideradas as pré-existências de uso ou não existem intervenções na frente de água.

2.1.4 Metaindicador sociocultural: Equidade

O metaindicador equidade busca evidenciar os efeitos da estrutura espacial e da distribuição de atividades na frente de água sobre as atuações de diferentes grupos sociais. A equidade de acesso ao corpo d'água pode ser garantida pela participação social nas decisões de intervenções a serem realizadas nestas áreas e pelas oportunidades que garantem uma diversidade social nestes locais, sem impedir o acesso das outras pessoas. O metaindicador Equidade é composto por 02 (dois) indicadores:

1) Indicador de Equidade 01: Participação social nas decisões

A participação social no processo de planejamento e gestão da frente de água garante uma melhor qualidade nos espaços públicos e uma maior apropriação após a sua implantação. Para Pesci (1999), a participação define a consciência social e o bom manejo dos recursos, e assegura os melhores usos, garantindo também a sustentabilidade cultural por meio da informação que ela carrega. Ainda, para o autor (PESCI, 1999), a participação em busca da urbanidade pode ocorrer de diferentes formas:

1. Participação direta: o método mais conhecido e praticado, e nele a população é consultada, principalmente por meio de assembleias e oficinas, oferecendo ideias para uma etapa programática, mas que pouco elucidam a questão específica de projeção;
2. Participação indireta: com o objetivo de descobrir a percepção que as pessoas têm do lugar e o que pensam ou querem nos ambientes, através da busca de rastros sobre como utilizam previamente os espaços;
3. Participação experimental: busca simular como se usarão ou viverão os ambientes projetados, criando um modelo que reproduza como será esse ambiente quando construído.



Procedimentos para verificação: (a) entrevista que deve ser realizada com gestores públicos e com a população, para verificar se há participação da população nas decisões sobre intervenções em frentes de água. O resultado pode ser registrado de forma descritiva e/ou com gráficos.

CrITÉRIOS de avaliação: (a) BOM - há participação experimental ou direta nas decisões sobre intervenções nas frentes de água; (b) RAZOÁVEL - há participação indireta nas decisões sobre intervenções nas frentes de água; e (c) INSUFICIENTE - não há participação nas decisões sobre intervenções nas frentes de água.

2) Indicador de Equidade 02: Oportunidades

O indicador oportunidades representa as circunstâncias oportunas e propícias para que diferentes indivíduos usufruam da frente de água: diversidade social (moradia) e acesso à frente de água.

Este indicador é aqui evocado em sentido amplo, envolvendo não só o acesso mais direto ao corpo d'água, mas também a diversidade que garante a existência de diferenças e valores compartilhados nas relações sociais em frentes de água, por meio da concentração de distintos usuários, em classe, idade e gênero, e a produção do espaço. É importante salientar a importância de manter as condições que determinam a salubridade para quem vive nestas áreas.

Procedimentos para verificação: (a) Documentação direta – pesquisa de campo através de levantamento e análise das oportunidades nas frentes de água (moradia e acesso à frente de água). O resultado será registrado no Mapa de Diversidade Social e Acessos à Frente de Água; e (b) Entrevista com os moradores dos bairros em frentes de água que devem ser questionados sobre a renda familiar. O resultado pode ser registrado de forma descritiva e/ou com gráficos.

CrITÉRIOS de avaliação: (a) BOM - apresenta diversidade social e acesso à frente de água livre a qualquer indivíduo; (b) RAZOÁVEL - não apresenta diversidade social, mas dá acesso à frente de água livre a qualquer indivíduo ou com diversidade e social, mas com acesso impeditivo; (c) INSUFICIENTE - não apresenta diversidade social, e o acesso à frente de água é impeditivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após compreensão da urbanidade, foi possível elaborar um instrumento que tratasse das relações existentes entre fatores indutores e urbanidade capaz de lidar com diferentes aspectos, que resultem em ambientes propícios ou não para a ocorrência de práticas sociais. Neste instrumento, ficou evidenciado que o grau de conexão entre a cidade, a água e as pessoas é tão forte que se torna capaz de tornar as frentes de água lugares de urbanidade.

No entanto, as frentes de água, em sua pluralidade, denotam conotações variadas, e cada uma delas deve destacar as características mais adequadas para se atingir a urbanidade. O instrumento evidencia atributos que devem ser, posteriormente, trabalhados nas intervenções em frentes de água, de acordo com a necessidade e possibilidade de aplicação.

Para a facilidade de aplicação, o instrumento foi decomposto em 6 (seis) âmbitos: os 5 (cinco) primeiros, referentes aos fatores de causalidade que induzem a urbanidade (eficiência urbana, sociocultural, interfacial, sensorial e inteligível), e o sexto, referente à verificação da própria urbanidade. Desta forma, é um método útil para a avaliação da situação atual da frente de água, e como ferramenta de projeto. Neste artigo é apresentado o âmbito sociocultural, assim como seus metaindicadores e indicadores de avaliação e proposição.



O instrumento incorpora ainda questões relacionadas ao espaço, percepção e copresença de pessoas nos espaços em frentes de água, permitindo a realização de diferentes tipos de avaliação, com diversas metodologias e abordagens possíveis, cruzando toda a investigação desenvolvida referente à urbanidade e às frentes de água.

É importante destacar que o instrumento permite a operacionalização e sua utilização como parâmetro de qualidade para a realização de intervenções em frentes de água, não se tratando de algo que padronize o processo de projetar em frentes de água, mas que possa prover o projetista com uma série de relacionamentos entre atividades, espaço e urbanidade.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9284**: Equipamento Urbano: classificação. Rio de Janeiro, 1986.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **Uma linguagem de padrões**: A pattern language. Tradução Alexander Salvaterra. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

CASTELLO, L. (org.). **Lugares de urbanidade**. Curitiba, PR: CRV, 2017.

GEHL, J. et al. **New City Life**. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HILLIER, B. et al. **Space Syntax**: a different urban perspective. London: Architecture Journal, 1983.

HOLANDA, F. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

MELLO, S. S. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PESCI, R. **La ciudad de la urbanidad**. Buenos Aires: Fundacion CEPA, 1999.

VAZ, N. P. **La Place Publique comme espace de communication**. 2003. Tese (Doutorado). Université de Paris XII – Val de Marne. Institut d'Urbanisme de Paris, Paris, 2003.